

QUARTA CÂMARA CÍVEL

Embargos de Declaração no Agravo na AC nº 0312008-3

Embargante: Celpe – Companhia Energética de Pernambuco

Embargado: JICMAQ Comercio e Serviços Ltda e Outro

Relator: Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

Acórdão

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO CÍVEL. ALEGAÇÃO DE QUE O ACÓRDÃO EMBARGADO FOI OMISSO POR NÃO SE MANIFESTAR SOBRE TODOS OS DISPOSITIVOS AVENTADOS EM SEDE RECURSAL. ARGUMENTO INFUNDADO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO. MANUTENÇÃO. PREQUESTIONAMENTO. POSSIBILIDADE. DECISÃO UNÂNIME.

- 1** – O recurso de embargos de declaração possui estreita via de conhecimento, devidamente estabelecida no art. 535 do CPC, cingindo-se a ocorrência de omissão, contradição ou obscuridade. Inexistência de quaisquer das hipóteses no caso em apreço;
- 2** – O colegiado desta Câmara não tem a obrigação de refutar expressamente todos os dispositivos legais que fundamentam as razões do recorrente, mas, sim, como determina a norma processual, expor os fundamentos no qual firmou sua convicção;
- 3** – Recurso conhecido apenas para fins de prequestionamento, contudo, negado provimento. Decisão Unânime.

Vistos, relatados e discutidos estes autos acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade, em **NEGAR provimento** aos embargos de declaração opostos pela **Celpe – Companhia Energética de Pernambuco, conhecendo-os, porém, para fins prequestionadores**, tudo conforme relatório e votos em anexo, devidamente revistos e rubricados, que passam a integrar este julgado.

Recife, 22 de ~~Jun~~ de 2014.


Cândido J. F. Saraiva de Moraes
Desembargador Relator



QUARTA CÂMARA CÍVEL

Embargos de Declaração no Agravo na AC nº 0312008-3

Embargante: Celpe – Companhia Energética de Pernambuco

Embargado: JICMAQ Comercio e Serviços Ltda e Outro

Relator: Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

Relatório

Celpe – Companhia Energética de Pernambuco interpôs os presentes aclaratórios em face do acórdão proferido nos autos do recurso de Agravo encartado nos autos.

Nas razões em apreço, a embargante defende que o acórdão restou imprecado com as mazelas do art. 535 do CPC, na medida em que foi omissivo quanto à manifestação explícita da legislação que considera legítimo o corte de energia elétrica (art. 186, 188, I, 884, 886, 927, 944 e 945 do CC; arts. 333, I do CPC; art. 3º, XIX da Lei 9.427/96; art. 42 do CDC; art. 6º, §3º, I e II, art. 10 da Lei 8.987/95; arts. 37, 72, IV, 73 e 90, I, 91, I todos da Resolução 456/2000 da ANEEL).

Em seguida, registrou que este Egrégio tribunal ao prolatar a decisão atacada, acabou por interpretar de forma divergente, dos Tribunais pátrios e Superiores, os dispositivos pertinentes à matéria em cotejo.

Ao final, pugna para que sejam **acolhidos os presentes embargos e providos para fins prequestionadores.**

É o relatório.

Recife, 22 de maio de 2014.


Cândido J. F. Saraiva de Moraes
Desembargador Relator

QUARTA CÂMARA CÍVEL

Embargos de Declaração no Agravo na AC nº 0312008-3

Embargante: Celpe – Companhia Energética de Pernambuco

Embargado: JICMAQ Comercio e Serviços Ltda e Outro

Relator: Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

Voto

Sem qualquer intenção de promover maiores delongas no julgamento dos presentes aclaratórios, destaco inicialmente a evidente ausência, na hipótese, de fundamentos quanto à verificação ou não dos vícios previstos no art. 535 do CPC.

Com efeito, esta relatoria não está obrigada a refutar expressamente todos os dispositivos legais e argumentos que fundamentam as razões do embargante, mas como determina a norma processual, expor os fundamentos no qual firmou sua convicção, sendo necessário destacar que no presente procedimento nem sequer existiu renovação das alegações da peça apelatória, não trazendo aos autos nada que embasasse o argumento de omissão ou apreciação de dispositivos ou argumento aduzido.

Com efeito, os presentes aclaratórios não devem ser acolhidos, posto não haver qualquer omissão ou qualquer daquelas mazelas do art. 535 do CPC.

Em verdade, a decisão atacada delimitou todos os pontos necessários de forma clara e objetiva, tal circunstância pode ser configurada em vista do inteiro teor da decisão recorrida.

Posto isto, **conheço dos embargos para fins prequestionadores, contudo, NEGOU PROVIMENTO** aos presentes aclaratórios.

É como voto.

Recife, 22 de ~~maio~~ de 2014.



Cândido J. F. Saraiva de Moraes
Desembargador Relator